

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – LABORATÓRIO I e III (2018-1)

EIXO MORADIA

Responsáveis: Prof. Dr. Caio Gracco P. Dias (DDP)
Prof. Camilo Zufelato (DPP)
Mestranda Ana Cláudia Mauer dos Santos (ESD – PPG)
Mestrando Maurício Buosi Lemes (ESD – PPG)

Relação de Alunos Participantes:

Em Anexo

Descrição do Eixo (Objetivos Inicialmente Propostos, atividades realizadas, participantes externos, produtos obtidos)

O Laboratório – Eixo Moradia buscou desenvolver, junto a discentes de primeiro e segundo anos, conhecimentos, habilidades e atitudes que os capacitem para a atuação jurídica competente em questões relativas ao direito à moradia adequada. Para atingir esse objetivo, trabalhamos com três dimensões: *a) histórico-sociológica*: nessa dimensão, buscamos desenvolver uma compreensão histórica e crítica do processo de colonização e de distribuição das terras no Brasil, bem como da luta popular por acesso à justiça e pela efetivação do direito à moradia digna; *b) técnico-jurídica*: a partir dos autos processuais em andamento de um caso envolvendo um conflito fundiário urbano de Ribeirão Preto – SP em que está presente uma coletividade hipossuficiente, buscamos introduzir os marcos normativos e legais de garantia do direito à moradia, bem como os elementos constitutivos do processo judicial, as estratégias processuais das partes, as regras processuais aplicáveis e em que medida são observadas ou não, na prática; *c) científico-pedagógica*: nessa dimensão, buscamos apresentar algumas técnicas de pesquisa empírica, em especial a pesquisa de campo e a análise de fluxo processual, a serem empregadas pelos participantes nas atividades do eixo e em suas atividades investigativas, bem como compreender o processo de ensino-aprendizagem, visando à qualificação do processo de avaliação e de auto avaliação.

Nos primeiros encontros (**8h/a, 2 encontros – 28/02 e 07/03**), buscamos resgatar e apresentar aos discentes ingressantes a proposta pedagógica do Laboratório, as experiências de Laboratório já ocorridas em 2017 e o processo de avaliação e de revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) da FDRP a partir do qual essa disciplina foi criada. Para tanto, realizamos leituras compartilhadas sobre o que é PPP, dinâmicas de apresentação de discentes de segundo ano para discentes de primeiro ano sobre essas temáticas e uso da dinâmica de grupo chamada

card cluster para a estruturação de entendimentos e visões sobre o que vem sendo construído como Laboratório e as expectativas para o curso de Direito. Também apresentamos aos discentes a proposta pedagógica do Eixo Moradia e pudemos, a partir de algumas críticas feitas pelos discentes, realizar alterações, no sentido de tornar a proposta menos extensa e mais adequada ao tempo disponível para execução.

Nos encontros seguintes (**16h/a, 3 encontros – 14/03, 11/04 e 18/04**), introduzimos alguns elementos essenciais para a compreensão histórica da questão fundiária (rural e urbana) e do acesso à moradia no Brasil, buscando trazer referências de alguns textos importantes da história, da sociologia e do urbanismo (por exemplo, Eduardo Galeano, Caio Prado Júnior, Octavio Ianni, Erminia Maricato, Raquel Rolnik, Ruy Mauro Marini). À luz das reflexões presentes nos textos e das discussões feitas em grupos menores de discentes, buscamos compartilhar os argumentos com toda a turma, contando, na medida do possível, com a colaboração de pesquisadores e representantes de movimentos sociais como convidados externos: Yan Bogado Funck, pesquisador de iniciação científica da graduação da FDRP, apresentou dados sobre ações judiciais de reintegração de posse ajuizadas pela Prefeitura Municipal em Ribeirão Preto – SP e em curso em março de 2016; Jonathan Jaumont, assistente social e pesquisador, tratou de Teoria Marxista da Dependência e a questão urbana brasileira; e Edilson Mineiro, pesquisador e militante da União dos Movimentos de Moradia (UMM – SP), falou sobre movimentos populares de luta por moradia, política e autogestão habitacional.

Essas discussões buscaram dar contornos históricos e sociais ao estudo dos marcos legais e normativos que garantem o direito à moradia adequada e do papel do Estado e do sistema de justiça no desenvolvimento de políticas públicas e na tomada de decisões diante da complexidade de casos envolvendo essa questão. Pudemos contar com a colaboração de Alexandre Mandl, advogado popular e pesquisador, que tratou um pouco da sua experiência na advocacia popular em conflitos fundiários urbanos e o caso da Vila Soma em Sumaré – SP (**4h/a, 16/05**); de Danielle Zoega, pesquisadora e professora universitária, que trouxe o conceito de função social da posse e da propriedade no ordenamento jurídico brasileiro (**4h/a, 09/05**); de Rafael Faber, defensor público estadual, que abordou as mudanças trazidas pelo Novo Código de Processo Civil em termos de tutela coletiva e ações possessórias (**4h/a, 23/05**); da procuradora municipal Taisa Cintra e dos advogados André Simionato e Júlia Navarro, que falaram sobre suas experiências profissionais em regularização fundiária (**4h/a, 06/06**). Para a discussão do caso concreto, os discentes dividiram-se em grupos menores a fim de organizar uma linha do tempo de cada processo judicial em análise (reintegração de posse, ação civil pública ambiental e ação civil pública urbanística), com os principais fatos e teses jurídicas defendidas nas manifestações processuais. Camilo Zufelato, um dos docentes responsáveis pelo eixo, acompanhou a apresentação de cada grupo, explicando e consolidando conceitos importantes do processo civil que foram mobilizados pelos discentes para a compreensão do caso (**16h/a, 04/04, 09/05, 06/06 e 13/06**).

Uma preocupação presente na proposta pedagógica do eixo foi a reflexão acerca do processo de ensino-aprendizagem, considerando o modelo de ensino do Direito proposto pelo

Laboratório no novo PPP da FDRP, que pretende estar mais fortemente articulado à pesquisa e à extensão universitária. Assim, realizamos algumas atividades: Caio Gracco, um dos docentes responsáveis pelo eixo, discutiu, a partir de um estudo de caso hipotético, avaliação da aprendizagem em metodologias participativas de ensino (**4 h/a, 02/05**); Daniela Sudan, pesquisadora e educadora ambiental, trouxe algumas noções gerais de pesquisa de campo, pesquisa-ação e pesquisa participante, a fim de destacar a importância da construção de diários de campo nas atividades investigativas e na sistematização das experiências dos discentes (**4h/a, 25/04**). Além disso, em um encontro específico, os Estagiários de Docência conduziram uma discussão sobre o significado da sistematização de experiências, à luz dos textos do sociólogo e educador popular Oscar Jara Holliday, como proposta metodológica para a avaliação das atividades do eixo (**4h/a, 21/03**).

Com o objetivo de promover uma aproximação entre o grupo de discentes e a comunidade que ocupa a área objeto da disputa judicial em análise, foram realizadas algumas visitas opcionais, em que os discentes puderam acompanhar reuniões com os moradores, nas quais foram discutidas estratégias para o processo em andamento (**20h/t, em 4 visitas mensais**).

Em termos de avaliação, entendida como acompanhamento contínuo do processo de ensino-aprendizagem e de responsabilidade compartilhada, os discentes tiveram que elaborar, a cada encontro, sínteses pessoais qualitativas das atividades realizadas no dia e um relatório final da experiência do semestre. No último encontro (**4h/a, 13/06**), os discentes responderam a um questionário de avaliação do semestre, em que puderam apresentar, de modo anônimo, suas percepções e críticas sobre o desenvolvimento da proposta como um todo. Através desse questionário, os estudantes puderam avaliar: sua satisfação com a proposta; o atendimento dos objetivos (geral e específicos) da proposta; a articulação e o diálogo entre as dimensões histórico-sociológica, técnico-jurídica e científico-pedagógica; o tempo disponível para a execução das atividades; a importância atribuída ao conteúdo do eixo para a formação jurídica; a adequação dos métodos empregados para a condução das dinâmicas; a adequação dos textos sugeridos para leitura e discussão em sala; a contribuição efetiva trazida pelos convidados externos; a pertinência das visitas realizadas; as contribuições trazidas pelo eixo para melhorar o entendimento em outras disciplinas do curso; a linguagem, a disponibilidade, a competência da equipe pedagógica (docentes, estagiários docentes e convidados externos) e a relação estabelecida entre a equipe pedagógica e o corpo discente; a participação conjunta e a interação entre discentes de primeiro e segundo anos no eixo. Ao final do questionário, os discentes puderam sugerir modificações na proposta pedagógica do eixo, caso entendessem que ela devesse ser reproduzida para as próximas turmas.

Análise da contribuição das atividades à formação teórica e prática dos alunos envolvidos e da articulação das atividades com os conteúdos das disciplinas do 1º e do 3º semestres.

Nas respostas dos questionários preenchidos pelos discentes no último encontro, bem como nas sínteses finais apresentadas, pode-se notar que os alunos perceberam a inter-relação que se buscou realizar entre as atividades do laboratório e as disciplinas do 1º e 3º período, em especial com Teoria do Direito (DFB1201), Filosofia Geral: a Ética (DFB1205), Introdução ao Estudo do Direito (DFB1203), Teoria Política (DFB1204), Direitos Humanos (DDP1201), Direito Constitucional - Teoria da Constituição (DDP3202), Direito Processual Civil II (DPP3202), e Direito Civil III – Direitos Reais (DPP3201). As análises que realizaram e apresentaram dos processos relativos ao terreno onde se localiza a Favela da Família, por sua vez, evidenciam um domínio além do básico e do senso comum de questões processuais e de direito material, construído a partir dos exercícios com os autos e com as sessões de discussão e orientação realizadas no semestre.